

MOBILIÁRIO

PINTURAS

VEÍCULOS

ARMAS

MOBILIÁRIO

Como

explorar

um museu

histórico

PINTURAS

VEÍCULOS

ARMAS

MUSEU PAULISTA

1992

USP

como explorar um museu histórico

- PARA QUE SERVE
UM MUSEU HISTÓRICO? 3
Por Ulpiano I. Bezerra de Menezes
- MUSEUS HISTÓRICOS: DA CELEBRAÇÃO
À CONSCIÊNCIA HISTÓRICA. 7
Por Ulpiano I. Bezerra de Menezes
- A HISTÓRIA DAS ARMAS
OU A HISTÓRIA NAS ARMAS? 11
Por Vania Carneiro de Carvalho
- ALFAIAS, APETRECHOS,
TARECOS, TRECOS : OS MÓVEIS. 15
Por Marlene Suano
- ENTRE LITEIRAS E CADEIRINHAS. 19
Por Heloisa Barbuy
- PINTURA HISTÓRICA :
DOCUMENTO HISTÓRICO? 22
Por Ulpiano I. Bezerra de Menezes
- O SALÃO NOBRE DO MUSEU PAULISTA
E O TEATRO DA HISTÓRIA. 25
Por Ulpiano I. Bezerra de Menezes

ACERVO
ZERBINATTI MORAES

As seis primeiras matérias foram originalmen
te publicadas, sob o patrocínio de Tintas Co
ral S.A., no "Caderno de Sábado" do JORNAL
DA TARDE, de 22 de junho a 27 de agosto de
1991. A última apareceu no "DO" LEITURA , 9
(107), abril de 1991.

MUSEU PAULISTA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Parque da Independência, s/nº Caixa Postal 42.503 CEP:04299 Tels:(011)215-4588/4307/4145
FAX:(0055) (011)273-9165 Ipiranga São Paulo SP BRASIL

CRÉDITOS

Projeto Gráfico: Fioravante Mancini filho
Fabiana A. V. de Souza Castro
Eleida Pereira de Camargo

Composição de Texto: Estelamar P. Maniga

Fotografia: Therezinha Blachessen
Aparecida Gomes da Silva
Wanderlei da Silva Celestrino

O papel desta publicação foi adquirido com o auxílio do Instituto Quadrante.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Roberto Leal Lobo e Silva Filho
Vice-Reitor: Ruy Laurenti
Coordenação de Museus: João Alexandre Barbosa

MUSEU PAULISTA

Diretor: Ulpiano Bezerra de Meneses

PARA QUE SERVE UM MUSEU HISTÓRICO?

Por Ulpiano T. Bezerra de Menezes.



CELEBRAÇÃO do 7 de setembro na escadaria monumental do Museu Paulista, década de 50. Os museus históricos tendem a transformar-se numa plataforma de símbolos, com os quais se cultuam valores como a identidade nacional e a nacionalidade.

O museu histórico deve ser o lugar das estátuas, bustos ou retratos a óleo de cidadãos brasileiros que prestaram serviços à Pátria?. Podem-se conciliar as necessidades de evocação celebração da memória com a responsabilidade de promover a consciência histórica? A celebração, a evocação e a memória devem obrigatoriamente estar presentes no museu histórico. Não, porém, como objetivos e sim como objetos de conhecimento.

Para que serve um museu histórico?

Antes de responder à pergunta específica, é preciso tratar de duas questões preliminares: para que serve um museu, em geral? e qual a pertinência da categoria histórica numa tipologia de museus?

No auge da ebulição provocada pelo chamado

"Maio de 68", - revolução cultural que da França estendeu-se por boa parte do mundo - era comum na Europa e nos Estados Unidos prever-se a morte dos museus, acusados de templos que armazenavam e sacralizavam os valores burgueses. Deveriam por isso ser substituídos pelo fórum, a praça pública que servia à discussão, ao confronto, à criação do novo. Em Paris, a palavra de ordem "é preciso queimar o Louvre" quase chegou às vias de fato. Felizmente, nenhum museu foi incendiado e hoje, mais de 20 anos depois, é possível incorporar às atribuições dos museus inúmeras e complexas funções que, nem por serem diferentes, se excluem umas às outras.

No entanto, essa multiplicidade de usos e serventias tem um denominador comum: o museu é sempre um espaço que estabelece uma intermediação institucionalizada entre o indivíduo e objetos materiais. Claro que vivemos imersos num oceano de objetos físicos, sem os quais não haveria condições de vida biológica, psíquica e social. Mas é muito superficial e descontínua a consciência que temos dessas coisas. O museu, ao contrário, induz a ver aquilo que os olhos deixam passar no cotidiano e com mais razão ainda o

que é diferente, insólito - o outro. Há vários contextos institucionais que também fornecem condições semelhantes de percepção de objetos. Basta lembrar, numa sociedade de consumo como a nossa, as lojas, os supermercados, ou a publicidade, que comunica os objetos representados. No entanto, é aos museus que se vai especialmente por causa dos objetos enquanto objetos e não, em princípio, enquanto mercadoria, artefato utilitário ou coisa semelhante. Assim, o museu é o lugar próprio organizado para coletar objetos, preservá-los e os classificar, estudar, expor, publicar, etc. Certamente as formas de fruição desses objetos são variadíssimas: o sonho, o devaneio, a contemplação estética, a expansão da afetividade, o exercício lúdico...

Há, todavia, dentro dessa multiplicidade de funções, uma que deveria constituir marca característica: o conhecimento. No museu os objetos se transformam, todos, em documentos, isto é, objetos que assumem como papel principal o de fornecer informação, ainda que, para isso, tenham que perder a serventia para a qual foram concebidos ou que definiu sua trajetória. É por isso que um relógio, numa coleção, deixa de ser um artefato que marca a hora: ninguém coleciona relógios para cronometrar o tempo com maior precisão. Numa coleção (e na coleção institucional -

No auge da ebulição provocada pelo chamado "Maio de 68", em Paris, a palavra de ordem "é preciso queimar o Louvre" quase se tornou realidade.

lizada do museu), o relógio, ainda que funcione, passa a ser um artefato que fornece informação sobre os artefatos que marcam a hora. Naturalmente, esse esvaziamento do valor de uso, em benefício do valor documental, não é o mesmo para todo tipo de objeto. Ele é reduzido nos museus de arte. Veja-se, porém, a diferença que faz exhibir um autêntico Rembrandt, um competente ou grosseiro falso Rembrandt ou uma obra à sua maneira, pintada por um discípulo. Num museu de

tecnologia, o esvaziamento pode ser radical pois normalmente aí se opera somente com a sucata tecnológica. Num museu histórico, nenhum objeto é utilizado segundo seus objetivos práticos originais: nenhum móvel ou arma pode ser empregado como móvel ou arma, pelos funcionários ou visitantes.

Em suma, pode-se conceituar o museu, neste fim de século, como a forma pela qual nossa sociedade institucionalmente transforma objetos materiais em documentos. Por isso ele tem que funcionar, também, como centro de documentação.

Nesse quadro, o que vem a ser um museu histórico? Há uma tipologia corrente de museus que os divide em museus de arte, de antropologia (arqueologia, folclore, artes populares), zoologia, ciência e tecnologia e assim por diante, - além dos museus monográficos (do telefone, transportes, brinquedos, museus de empresas, etc.). Os critérios, para delimitação dos campos de atuação e acervos são disparatados: num museu de arte, uma tela é documento plástico (mas sem considerar que a construção da visualidade integra a realidade histórica). Já no museu histórico, a mesma tela seria valorizada pelo tema, como documento iconográfico (mas ignorando a historicidade da matéria plástica).

Assim, o que se costuma ver como o critério maior para a identificação a priori de um objeto histórico é sua vinculação biográfica ou temática a um feito ou figura excepcionais do passado, normalmente heróis vencedores ou, quando vencidos, considerados moralmente superiores (como na Revolução de 32).

Nisso tudo há confusão cuja raiz está na tentativa de classificar objetos conforme categorias apriorísticas estanques e unívocas de significação documental, fragmentando o conhecimento: objetos artísticos, objetos históricos, objetos tecnológicos, folclóricos, etc., como se as significações fossem geradas pelos próprios objetos e não pela sociedade.

Ora, as significações das coisas materiais são sempre atribuídas. Os objetos físicos, em si, só têm propriedades imanentes de natureza físico-química como forma, dimensão, peso, textura, cor, etc. Tais propriedades podem ser, sim, mobilizadas como vetores de significação e valor que os grupos sociais produzem e constantemente modificam.

Por isso, conviria conceber um museu histórico, não como a instituição voltada para os objetos históricos mas para os problemas históricos. Assim, em última instância, seriam históricos os objetos, de qualquer natureza ou cate -

goria, capazes de permitir a formulação e o encaminhamento de problemas históricos (e por problemas históricos se deveriam entender aquelas propostas de articulação de fenômenos que permitem conhecer a estruturação, funcionamento e, sobretudo, a mudança de uma sociedade).

O Museu Paulista (nome oficial e original do conhecido Museu do Ipiranga), pertence à USP desde 1963. Em agosto de 1989 dele se desmembraram as coleções, pessoal e atividades associadas à Antropologia, que vão integrar o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, na Cidade Universitária. Abriram-se, assim, condições para sua transformação num museu histórico por excelência. Mas sua trajetória até agora foi complicada e deixou marcas profundas - positivas e negativas. Para funcionar plenamente como um museu histórico, tal como acima delineado, será preciso ainda muito tempo e esforço.

O edifício em que ele está instalado foi concebido como um memorial, marco físico que assinalaria o lugar onde, em 1822, fora proclamada a Independência do Brasil. Dadas por terminadas as obras em 1890, somente três anos depois é que se define um uso prático, o de museu de História Natural - o modelo mais prestigioso de então - sem prejuízo da atribuição de cultuar o passado pátrio. Em 1927 e 1939, são transferidas para a Secretaria da Agricultura, respectivamente, as seções de Botânica e Zoologia. (Hoje, o Museu de Zoologia também pertence à USP).

Convém examinar a Lei Estadual nº 192, de 26 de agosto de 1893, promulgada por Bernardino de Campos, para apreender o espírito que norteou a instituição do Museu Paulista no edifício então denominado "Monumento do Ypiranga" .

Depois de prever que o núcleo do museu seria a coleção Sertório (uma miscelânea de peças zoológicas, botânicas e históricas, que fora doada ao Estado), o art. 4º estabelece que " as dependências não ocupadas pelo museu seriam utilizadas, seja para abrigar o famoso quadro de Pedro Américo (Independência ou Morte), " por outros de assuntos de história pátria, adquiridos ou oferecidos ao Estado", seja " por estátuas, bustos ou retratos a óleo de cidadãos brasileiros que em qualquer ramo de atividade tenham prestado incontestáveis serviços à Pátria e mereçam do Estado a consagração de suas obras ou feitos e a perpetuação da sua memória " .

Dois aspectos, entre muitos, merecem comentários. Em primeiro lugar, o papel do Estado, como juiz e guardião da memória nacional. Confundido com a nação (pátria), ele deve zelar

pela fixação e acatamento dos modelos de valores e comportamentos. Para isso seria indispensável dispor da visibilidade que meios artísticos nobres asseguram: estátuas, bustos ou retratos a óleo (desenhos, gravuras ou fotografias, por exemplo, não tinham o mesmo peso que a escultura ou a pintura). Daí a importância crucial da iconografia, pois um museu histórico, para exercer sua função celebrativa, precisa, antes de mais nada de figuras, de imagens. Mas, é preciso também evocar: o quadro já mencionado de Pedro Américo é exemplar para impor forma a um evento - o nascimento da nação - e comunicar afetivamente os valores implicados.

Examinando-se ainda hoje o Museu, tal como se apresenta ao público, verifica-se que tais funções, critérios e procedimentos continuam ainda vigentes, apesar de alguns desdobramentos e reciclagens. Qualquer mudança demandará ainda muito tempo, pelo investimento que exige de documentação e pesquisa, reorganização espacial e equipamentos.

Assim, o próprio prédio continua a exercer as funções de memorial. A alegoria prevista inicialmente na sua própria arquitetura (hierarquia dos espaços, previsão de nichos para esculturas, molduras para quadros, etc.) foi complementada pelo historiador Affonso de Escagnolle Taunay na década de 20, com um programa bem definido e eficaz. O saguão se destina a ilustrar a constituição do território, com efígies dos primeiros ocupantes. Logo se introduz, com os bandeirantes, a presença paulista, que vai assim associar-se à Independência: é bom lembrar a necessidade de legitimar, num momento em que era contestado, o projeto hegemônico de São Paulo na República Velha. No corrimão e na caixa da escadaria monumental, ânforas com água dos grandes rios brasileiros (inclusive com mistura da água dos rios extremos Norte/Sul e Leste/Oeste), figuras de bandeirantes, precursores e próceres da Independência, distribuídos em torno da imagem de D. Pedro I, tornam sensível que a ampliação do território não correu o risco de fragmentação, por ter um eixo sólido. À medida que se sobe para o primeiro andar, consoma-se a transformação do território em nação: as escadas desembocam no Salão Nobre, onde a tela de Pedro Américo e as demais que guarnecem as quatro paredes, se preocupam com o " como " da Independência e de seus protagonistas, sem compromissos com o entendimento, a compreensão, a visão crítica indispensável para alimentar a consciência histórica.

Se a História, como forma de conhecimento, procura estudar a realidade histórica, por que os museus históricos deveriam estar dissociados desse esforço? Poderia o Museu Paulista, como museu histórico que é, conciliar as necessidades de evocação e celebração da memória com a responsabilidade de promover a consciência histórica?

A resposta é que a evocação e celebração da memória, devem estar obrigatoriamente presentes no museu histórico. Não, porém, como objetivo e, sim, como objeto de conhecimento. Em última análise, uma das principais funções e o melhor potencial de um museu histórico referem-se ao entendimento da construção, usos e reciclagens da memória nacional.

O autor é diretor do Museu Paulista da USP e professor titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

LEITURA

Sugestões para leitura na Biblioteca do Museu Paulista:

- Às margens do Ipiranga: 1890 - 1990 (Catálogo de exposição). São Paulo, Bradesco/Museu Paulista da USP, 1990.

- Affonso de E. Taunay, Guia da Seção Histórica do Museu Paulista. São Paulo, Imprensa Oficial, 1937.

- Affonso de E. Taunay, Comemoração do Cinquentenário da solene instituição do Museu Paulista no Palácio do Ipiranga. São Paulo, Imprensa Oficial, 1946.